

subdelego nos conselhos de administração dos hospitais do sector público administrativo os poderes para a prática dos seguintes actos:

1 — No âmbito da gestão interna dos recursos humanos:

1.1 — Autorizar a prestação e o pagamento de trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso semanal, complementar e feriadados, nos termos do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, para além dos limites fixados nos n.ºs 1 e 2 do respectivo artigo 27.º, com observância do disposto no n.º 1 do artigo 30.º do mesmo diploma, e nos termos do Decreto-Lei n.º 62/79, de 30 de Março;

1.2 — Autorizar a prestação e o pagamento de trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriadados ao pessoal dirigente e de chefia, nos termos do n.º 5 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;

1.3 — Autorizar a acumulação de actividades ou funções públicas remuneradas, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, com observância do disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 413/93, de 23 de Dezembro, bem como as não remuneradas;

1.4 — Autorizar a acumulação de funções públicas com o exercício de actividades privadas aos dirigentes de nível intermédio, nos termos da lei;

1.5 — Conceder licenças sem vencimento de longa duração, previstas no artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, alterado pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, bem como autorizar o regresso dos funcionários à actividade;

1.6 — Autorizar a inscrição e a participação dos funcionários em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que ocorram fora do território nacional, incluindo os destinados a assegurar a presença portuguesa em quaisquer reuniões ou instâncias de âmbito comunitário, do Conselho da Europa e da Organização Mundial de Saúde;

1.7 — Autorizar pedidos de equiparação a bolseiro no País ou no estrangeiro, nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 272/88, de 3 de Agosto, e 282/89, de 23 de Agosto;

1.8 — Autorizar o regime de horário acrescido, dentro dos limites legalmente previstos, bem como fazê-lo cessar.

2 — No âmbito da gestão orçamental, exclusivamente em relação ao PIDDAC:

2.1 — Autorizar despesas com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços até ao montante de € 1 500 000 previsto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

2.2 — Escolher o tipo de procedimento a adoptar nos casos do n.º 2 do artigo 79.º e do n.º 1 do artigo 205.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

2.3 — Designar os júris e delegar a competência para proceder à audiência prévia, mesmo nos procedimentos de valor superior ao agora delegado;

2.4 — Proceder à prática dos actos consequentes ao do acto de autorização da escolha e início do procedimento cujo valor não exceda o agora delegado, mesmo relativamente a procedimentos cujo início foi autorizado por membro do Governo em data anterior à do presente despacho;

2.5 — Conceder adiantamentos a empreiteiros e fornecedores de bens e serviços desde que cumpridos os condicionamentos previstos nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e no artigo 214.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março.

3 — Os presidentes dos conselhos de administração dos hospitais do sector público administrativo apresentar-me-ão, com uma periodicidade semestral, um relatório síntese com elementos estatísticos e de custos relativos aos actos praticados, de harmonia com os n.ºs 1.1 e 1.2 do presente despacho.

4 — O presente despacho produz efeitos desde 1 de Abril de 2006, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados no âmbito dos poderes agora subdelegados.

21 de Julho de 2006. — A Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, *Carmen Madalena da Costa Gomes e Cunha Pignatelli*.

#### Despacho n.º 16 466/2006

Nos termos do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e no uso da faculdade que me foi conferida pelo despacho, do Ministro da Saúde, n.º 11 813/2006, de 21 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 106, de 1 de Junho de 2006, subdelego nos conselhos de administração dos hospitais do sector público empresarial os poderes para a prática dos seguintes actos:

1 — No âmbito da gestão interna dos funcionários do quadro público e agentes:

1.1 — Conceder licenças sem vencimento de longa duração, previstas no artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, alte-

rado pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, bem como autorizar o regresso dos funcionários à actividade;

1.2 — Autorizar pedidos de equiparação a bolseiro no País ou no estrangeiro, nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 272/88, de 3 de Agosto, e 282/89, de 23 de Agosto;

1.3 — Autorizar a concessão de comissões gratuitas de serviço ao pessoal da carreira médica, nos termos das normas em vigor.

2 — Os presidentes dos conselhos de administração dos hospitais do sector público empresarial apresentar-me-ão com periodicidade semestral um relatório de síntese com elementos estatísticos e de custos relativos ao pagamento de trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso semanal, complementar e feriadados a todo o pessoal, com relação jurídica de emprego de direito público e privado, incluindo titulares designados para o exercício de cargos de direcção e chefia.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 1 de Abril de 2006, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados no âmbito dos poderes agora subdelegados.

27 de Julho de 2006. — A Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, *Carmen Madalena da Costa Gomes e Cunha Pignatelli*.

#### Secretaria-Geral

##### Despacho n.º 16 467/2006

Nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, delego no órgão dirigente máximo do estabelecimento de colocação do médico interno a competência para autorizar a concessão das comissões gratuitas de serviço aos médicos internos, previstas na alínea b) do n.º 2 do artigo 62.º da Portaria n.º 183/2006, de 22 de Fevereiro, que aprovou o Regulamento do Internato Médico.

12 de Junho de 2006. — O Secretário-Geral, *Rui Gonçalves*.

#### Administração Regional de Saúde do Alentejo

##### Sub-Região de Saúde de Évora

##### Despacho (extracto) n.º 16 468/2006

Por despacho da Secretária de Estado e da Saúde proferido em 30 de Junho de 2006, foi autorizada a prorrogação da requisição do Dr. Jorge Manuel de Almeida Ferreira Marques de Queirós, clínico geral, ao abrigo do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, do quadro de pessoal do Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores — Açores, para a Sub-Região de Saúde de Évora, Centro de Saúde de Montemor-o-Novo, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 2 de Fevereiro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Agosto de 2006. — O Coordenador, *Martinho Manuel de Jesus Vieira*.

#### Administração Regional de Saúde do Norte

##### Sub-Região de Saúde de Braga

##### Rectificação n.º 1281/2006

Por ter saído com inexactidão o despacho n.º 13 985/2006, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 127, de 4 de Julho de 2006, rectifica-se que onde se lê «Maria Paula Fernanda de Faria» deve ler-se «Maria Paula Fernandes de Faria». (Não carece de fiscalização prévia. Não são devidos emolumentos.)

14 de Julho de 2006. — O Coordenador, *José Agostinho Dias de Castro e Freitas*.

#### Direcção-Geral da Saúde

##### Hospital Distrital de Faro

##### Aviso (extracto) n.º 8428/2006

Por deliberação do conselho de administração deste Hospital de 31 de Maio de 2006, foi autorizado o regime de horário acrescido a Hercília Lopes Quintas Carrusca Martins, assessora superior, ramo